

# Limpando a área

1382

Dentro da atual realidade brasileira, os grandes centros urbanos, com sérias deficiências no atendimento às necessidades de saúde, saneamento, habitação, transporte, educação e trabalho, acumuladas ao longo dos últimos anos, têm tido esse quadro agravado, gradativamente, pelos contingentes de trabalhadores migrantes do meio rural em busca de melhores condições de vida. E como, em sua maioria, formam uma mão-de-obra desqualificada, terminam sofrendo, mais pesadamente, as consequências da difícil conjuntura econômica e financeira da atualidade, geradora de problemas de instabilidade e insegurança, sobretudo nas chamadas Regiões Metropolitanas.

Nesse quadro, no qual a alta inflação, o elevado custo de vida e o desemprego são expressivos e indesejáveis componentes que ferem terrivelmente a comunidade e, principalmente, a massa trabalhadora, uma atividade comercial está dando excepcional e valiosa contribuição para o alívio das tensões sociais. São as empresas prestadoras de serviços de asseio, conservação e vigilância, em número de aproximadamente cinco mil, no Brasil todo, e absorvendo cerca de 1 milhão de trabalhadores.

Para que se tenha uma melhor idéia da importância da atuação desse segmento empresarial, vejamos apenas o caso do Distrito Federal. Aqui, as empresas que prestam esses serviços oferecem mais de 35 mil empregos diretos, beneficiando indiretamente cerca de 140 a 150 mil pessoas, numa área sem parque industrial. Das 20 maiores empresas recolhedoras do ISS, de acordo com premiação do próprio GDF, seis delas são do grupo de asseio, conservação e vigilância. E elas também estão entre as maiores recolhedoras do FGTS e do INPS.

São números significativos e que demonstram, claramente, o importante papel social cumprido por essas empresas que, no conjunto, representam o maior empregador de mão-de-obra desqualificada no Distrito Federal. Ou seja, milhares de pessoas que poderiam estar marginalizadas do processo produtivo e afetadas pelo desemprego, um dos aspectos mais graves e preocupantes da atual crise econômica brasileira, estão beneficiadas pela atuação das empresas prestadoras de serviços de asseio, conservação e vigilância, com emprego garantido e exercendo uma atividade permanente.

Este é outro aspecto fundamental nessa questão de elevado interesse social. Ao contrário do que ainda pensam alguns e do que insistem outros em propagar erroneamente, as empresas de prestação de serviços de asseio, conservação e vigilância, enquadradas no grupo **Turismo e Hospitalidade**, da Confederação Nacional do Comércio, não podem,

nem devem ser identificadas ou confundidas com empresas locadoras de mão-de-obra, regidas pela Lei nº 6.019/74. Estas últimas são, marcadamente, fornecedoras de mão-de-obra para **trabalho temporário**, enquanto as primeiras são especializadas na prestação de serviços através de empregados contratados para **trabalho permanente**.

Nesse sentido, merece registro especial o oportuno esclarecimento que acaba de ser dado pelo ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, através de parecer do consultor jurídico de seu ministério, Eduardo Silveira Melo Rodrigues, publicado no **Diário Oficial da União** em 23 de janeiro último. Que diz o parecer? Que "a empresa organizada para explorar atividade de "asseio e conservação" exerce atividade legítima e legal". Lembra que essa atividade está prevista, como já dissemos, pelo 5º grupo — **Turismo e Hospitalidade** — da CNC, do quadro que se refere o Artigo 577 da Consolidação das Leis do Trabalho, com correspondente categoria profissional.

E de maneira enfática, observa o parecer do consultor jurídico do Ministério do Trabalho: "Óbvio que empresas dessa natureza somente possam prestar serviços, através de contratos, a terceiros, pessoas físicas ou jurídicas, que não desejem exercer determinada atividade com a utilização de empregados próprios. Inconcebível seria que a previsão legal de empresa de "asseio e conservação" existisse tão somente para execução de serviços a si mesma. Por outro lado, fixando-me na controvérsia gerada pela analogia com a empresa de prestação de serviço temporário, analogia que não resiste ao fulcro conceitual do caráter permanente da atividade de "asseio e conservação", prevista em lei como antes anotado, certo é, portanto, que as atividades claramente diferenciam-se".

Trocando em miúdos, as empresas prestadoras de serviços de asseio, conservação e vigilância legalmente executam, com seus empregados, o trabalho contratado, sendo este de sua inteira, direta e exclusiva responsabilidade. Já as empresas locadoras de mão-de-obra fornecem trabalhadores para executar, **temporariamente**, serviços de determinada empresa-cliente a qual ficam subordinados em termos de orientação, direção e até mesmo regulamentos internos. Por tudo isso, precisa ser ressaltado o parecer jurídico do Ministério do Trabalho, pela sua oportunidade e conteúdo esclarecedor, limpando a área de eventuais dúvidas e destacando, definitivamente, o papel legítimo e legal das empresas de prestação de serviços de asseio, conservação e vigilância. Papel que se reforça pelos seus relevantes benefícios no contexto sócio-econômico da atualidade.

Presidente do Sindicato das Empresas de Conservação e Asseio do Distrito Federal